EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: FORMAÇÃO DA AGENDA E COALIZÕES DE DEFESA

Gleidson Silva[1]
Carlos Augusto Sant'anna Guimarães[2]
Lorena Da Silva Nunes[3]
Claudilene Maria Da Silva[4]

RESUMO

O presente trabalho é o resultado preliminar da pesquisa "A Política de Promoção da Igualdade Racial na Educação: primórdios e disputas", que integra o projeto Movimento Negro e Políticas Públicas. A partir do final do século XX, como fruto da mobilização do Movimento Negro, o Estado brasileiro passou a admitir a necessidade de formular políticas públicas direcionadas à população negra como forma de corrigir as desigualdades socioeconômicas entre brancos e não brancos. A dimensão racial foi formalmente incorporada ao repertório de políticas públicas com o lançamento da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a aprovação da Lei 10.639, ambas em 2003. Trata-se de um tema politicamente sensível, em que atores estatais e os da sociedade civil disputam a hegemonia acerca da narrativa e a interpretação dos problemas sociais e as políticas públicas para a sua resolução. Apoiando-se nos Modelos Múltiplos Fluxos e de Coalizões de Defesa, examinamos a conformação da política de promoção da igualdade racial no campo da educação, consubstanciado na proposta de "Educação para as relações étnico-raciais", e analisamos a inclusão do tema na agenda governamental e decisória, bem como os embates e disputas no processo de formulação e implementação da referida política educacional. A fim de alcançar os objetivos foram realizadas entrevistas com ex-gestores do Ministério da Educação e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, documentos governamentais coletados, bem como leis, textos jornalísticos, manifestos e artigos acadêmicos. No exame do corpus da pesquisa, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo para identificar as coalizões em disputa e descortinar suas crenças e valores. Os dados da pesquisa sugerem a formação de duas coalizões de defesa: a da meritocracia social e a do igualitarismo racial. A primeira coalizão argumenta pela inutilidade e até o perigo na adoção dessas políticas. A segunda, apoiado em valores igualitários, atua no sentido da implementação da política. Entre 2003 e 2015, a coalizão de defesa do igualitarismo racial obteve vitórias significativas. Nos últimos cinco anos, os defensores da democracia racial e do mérito social recuperam o espaço institucional no governo federal.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação; Relações étnico-raciais; Coalizões de Defesa.

UNILAB, Malês, Discente, ofcgleidson@gmail.com[1]
Fundação Joaquim Nabuco, Fundaj, TAE, carlos.santanna@fundaj.gov.br[2]
UNILAB, Malês, Discente, juniorsilva-2013@hotmail.com[3]
UNILAB, Malês, Docente, claudilenems@unilab.edu.br[4]

ISSN: 2447-6161

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é o resultado preliminar da pesquisa “A Política de Promoção da Igualdade Racial na Educação: primórdios e disputas”, que integra o projeto Movimento Negro e Políticas Públicas. O recorte aqui apresentado toma a educação como lócus de investigação e tem como objetivo central analisar a formação das coalizões de defesa na política de promoção da igualdade racial na área de Educação. Devido isso, o aporte teórico adotado foram os Modelos de Múltiplos Fluxos e de Coalizões de Defesa, por meio dos quais examinamos a Política de Promoção da Igualdade Racial no campo da educação, consubstanciado na proposta de uma “educação para as relações raciais”, no período de 1995 a 2016.

Metodologicamente, realizamos levantamento documental e entrevistas semiestruturadas com gestoras e gestores que atuaram na área temática no período indicado. Em um contexto institucional marcado pela complexidade e heterogeneidade de atores, enfatizamos a agência do Movimento Negro no seu diálogo com atores governamentais na construção da agenda e na implementação da referida política pública. No exame do corpus da pesquisa (entrevistas e documentos) utilizamos a análise de conteúdo para descortinar as crenças e valores dos grupos em disputas, como também apreender os processos e as disputas entre as coalizões. Os resultados apontam para a formação de, no mínimo, duas coalizões em disputa em torno da política de igualdade racial na Educação: a da meritocracia social e a do igualitarismo racial.

Tendo em vista o escopo da pesquisa optamos por utilizar o modelo de múltiplos fluxos e o modelo de coalizões de defesa, por entender que essas lentes teóricas são adequadas e pertinentes para contribuir na discussão suscitadas pelos questionamentos levantados durante a pesquisa.

A educação é um tema central para o Movimento Negro desde às suas primeiras configurações, as pautas se atualizam de acordo com as demandas de cada período, mas a busca de políticas educacionais adequadas é recorrente por esta ser uma das ferramentas basilares para a redução das desigualdades, além de instrumento para o empoderamento e emancipação.

METODOLOGIA

As lentes teóricas são fundamentais para entendermos o contexto político de determinado evento, organizarmos as ideias e estabelecermos possibilidades dos desdobramentos a partir disso, em consonância com as lentes, temos o método que é a técnica de pesquisa utilizada para obtermos os resultados mais abrangentes de acordo com o recorte. Partindo desse ponto a presente seção tem como objetivo explorar os pontos chave do Modelo de Múltiplos Fluxos e o Modelo de Coalizões de Defesa.

O foco da teoria de Kingdon (2003), são os processos pré-decisórios da entrada de uma determinada pauta na Agenda governamental, nesse sentido, buscamos analisar as seguintes questões: Como a Política de Promoção da Igualdade Racial chegou à agenda governamental? De que forma esse problema alcançou às prioridades dos tomadores de decisão? Essas são algumas das perguntas que o modelo de múltiplos fluxos nos ajudará a responder ao longo dessa subseção.

A questão da desigualdade racial sempre foi um problema latente no Estado brasileiro, mas por que, apenas em meados da década de noventa o tema entrou na agenda governamental? Segundo a teoria de Kingdon (2003), um problema precisa reunir determinadas características para chamar atenção dos tomadores de decisão: indicadores; eventos, crises e símbolos; e feedback das ações governamentais.

Em complemento à referida teoria, utilizamos o Modelo de Coalizões de Defesa, pensado e estruturado por Paul Sabatier (1988), que consiste na reunião e disputa política entre atores que se reúnem em torno de uma determinada pauta. Esses atores com interesses e crenças em comum formam coalizões para defender suas respectivas pautas na arena política.

ISSN: 2447-6161

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo do estudo identificamos duas coalizões que disputam influência no campo das políticas de promoção da igualdade racial: a coalizão da meritocracia social e a coalizão do igualitarismo racial. Identificamos que os debates mais intensos ocorreram em torno da aprovação da lei 12.711/12, conhecida como lei de cotas raciais.

A disputa pela hegemonia no campo da educação e relações étnico-raciais teve como arena o congresso nacional e a mídia. Pois as coalizões precisavam conquistar influência e apoio no campo dos tomadores de decisão (políticos eleitos e seus respectivos ministros e secretários), a da opinião pública para o deferimento ou indeferimento do projeto de lei. A coalizão pela meritocracia racial apresentou argumentos de pouca expressividade, duramente refutados pela coalizão adversária que se baseou em dados da realidade posta, para comprovar a existência do racismo e os impactos desse problema para a população negra. Além disso, a sinalização do compromisso do Estado brasileiro no combate ao racismo e desigualdades correlatas, contribuiu para que a coalizão pelo igualitarismo racial, tivesse vantagem sobre a coalizão da meritocracia racial.

Entre os principais argumentos defendidos por aqueles e aquelas intelectuais que mudaram de perspectiva, estão, o acesso à informação, a inconsistência da democracia racial e a capacidade dos cotitas em apresentar bons resultado, além das experiências com as cotas exclusivamente sociais, que tiveram um impacto no perfil socioeconômico dos ingressantes ao ensino superior, mas não foi constatado um aumento significativo de estudantes negros e indígenas como previa a coalizão da meritocracia social.

Em suma, podemos notar através desse episódio que a coalizão do igualitarismo racial, obteve êxito na disputa pela aprovação das ações afirmativas, por diversos motivos: a formação de uma coalizão diversa, estruturada e numerosa; argumentos sólidos baseados em evidências; a convergência dos fluxos e a janela de oportunidades gerada pela eleição de um governo favorável à pauta das PPIR’s, além do trabalho de entrepreneurs preparados e organizados para aproveitar a janela de oportunidades. Com isso, o período de 2003 e 2016, foi um período de avanços e conquistas da coalizão do igualitarismo racial.

CONCLUSÕES

A pesquisa desempenha um papel fundamental no campo das políticas de promoção da igual racial, principalmente no que diz respeito ao âmbito da educação. A identificação das coalizões e da disputa de influência travadas por elas expõe a complexidade e a dinamicidade que carregam os processos políticos durante todo o ciclo de políticas.

A consolidação da Lei n° 12.711/12, evidencia o sucesso da coalizão do igualitarismo racial, contudo não significa total derrota da coalizão adversária, por isso, é necessário que a referida lei seja sucedida por outros instrumentos legislativos que a apoiem como ação afirmativa e que se pense em novas políticas para abarcar outros grupos sociais também vulneráveis, além de políticas voltadas para a permanência de todos e todas as estudantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Carlos Sant'Anna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, à professora Claudilene e toda a equipe que construiu a pesquisa. E todo o aprendizado compartilhado ao longo do tempo que estivemos trabalhando juntos e juntas.

REFERÊNCIAS

ISSN: 2447-6161

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento Negro e Educação. Revista brasileira de educação, p. 134-158, 2000.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma ideia. 2007.

SOARES, Alessandra Guimarães; DO PRADO ALVES, Renan. Considerações acerca das análises de políticas públicas: o modelo de coalizões de defesa. RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, n. 1, 2015.

ISSN: 2447-6161